



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

23, 24 e 25 de janeiro de 2016

A versão paulista da revolução dos baldinhos / Prefeitura de São Paulo / Compostagem / Projeto Sócioambiental / Florianópolis / Cepagro / UFSC / Chico Mendes / Monte Cristo / Aterro sanitário / Fernando Haddad / Sustentabilidade / Reciclagem / Separação do lixo / Qualidade de vida / Adubo orgânico / Ecopraça

RAFAEL MARTINI

VISOR

O colunista Rafael Martini está em férias e retorna a este espaço em 25/1/2016



Guto Kuerten – interino

guto.kuerten@diariocatarinense.com.br

facebook.com/visorkuerten

www.diariocatarinense.com.br/visor

DIÁRIO CATARINENSE,
SABADO E DOMINGO,
23 E 24 DE JANEIRO DE 2016

2



AS ORIGENS DO PROJETO

Criado há oito anos no bairro Monte Cristo e Chico Mendes, o Revolução dos Baldinhos nunca parou, faça chuva ou sol, frio ou calor.

Ver Ana Karolina da Conceição (mesmo em licença-maternidade) trabalhar com orgulho com a sua pequena em tarefas menos cansativas é a prova de tamanha dedicação por algo que vale a pena.

– Atualmente não temos condições de expandir este belo projeto que trouxe para a comunidade mais qualidade de vida. Muito pelo contrário. Estamos com uma equipe superreduzida e mesmo assim não vamos desistir - diz Karol com um sorriso de satisfação.

Durante o verão, 60 bombonas de água são recolhidas em parceria com a Comcap. Fora da temporada o número chega a 80.

Jovens da comunidade trabalham na sensibilização das famílias para a separação adequada em baldinhos dos resíduos orgânicos para se transformarem em compostagem na utilização de adubo orgânico produzido nas hortas. Foram mais de 20 jovens capacitados com aproximadamente mil toneladas de resíduos que deixaram de ir para o aterro sanitário. Um projeto que mudou o bairro, com a diminuição de ratos e aumentou a autoestima.

Florianópolis gasta anualmente a média de R\$ 24 milhões para transportar e tratar o lixo em um aterro com licença ambiental em Palhoça a um custo de R\$ 136 por tonelada.

– Infelizmente a prefeitura de Florianópolis nunca apoiou como deveria esta iniciativa, muito menos investiu um centavo. Resistimos graças aos prêmios ambientais e sociais que recebemos, aos editais vencidos e principalmente à garra dos jovens, famílias e técnicos envolvidos – diz o engenheiro agrônomo da Cepagro Marcos José de Abreu.

Há pelo menos três anos é reivindicado terreno de 5 mil metros quadrados no bairro para implantar a Ecopraça com compostagens, hortas e pomares. Uma verba de R\$ 150 mil doados pela Fapesp para investir no terreno ainda não pode ser usada porque não há um local para expandir o projeto, que atualmente luta bravamente para não parar.

A VERSÃO PAULISTA DA REVOLUÇÃO DOS BALDINHOS

A prefeitura de São Paulo inaugurou a primeira central de compostagem inspirada no projeto sócioambiental de Florianópolis Revolução dos Baldinhos, criado pela Cepagro e pela UFSC e que atende as comunidades Chico Mendes e Monte Cristo. A notícia é fantástica, pois estamos falando de uma ideia catarinense sendo usada pela administração da maior cidade brasileira. Uma área de 3 mil metros quadrados na Lapa recebe desde setembro do ano passado aproximadamente 35 toneladas semanais de resíduos orgânicos coletados em 26 das 980 feiras espalhadas na capital paulista.

O projeto de São Paulo é instalar oito centrais com capacidade para 50 toneladas por dia para os resíduos verdes e mais uns 20 pátios descentralizados com até 10 toneladas/dia. O resultado do tratamento desse lixo seria cerca de 50 toneladas de adubo por dia a ser usado nos cuidados de parques e jardins da cidade, no apoio à agricultura familiar e na produção de alimentos orgânicos e agroecológicos – obrigações como a lei que exige que 30% da merenda escolar sejam orgânicos garantiriam o destino/demanda do resultado do material tratado – composto de alta qualidade produzido pelo cidadão que ajuda a resolver a questão dos resíduos. Comunidades de baixa renda como São Miguel Paulista, Brasilândia, Paraisópolis começam a se organizar para a implantação do projeto que teve como base o Revolução dos Baldinhos.

– Para uma metrópole é muito importante recolher



os resíduos das feiras e descartar de forma correta, economizando o aterro sanitário. Estudos mostram que podemos reduzir em até 20% o volume do que é destinado para os aterros. As pessoas não se dão conta do conjunto de ações voltadas para a sustentabilidade de uma cidade que tem 12 milhões de habitantes, mas que pertence a uma região metropolitana que tem 22 milhões de pessoas. Temos que pensar como reter os resíduos no meio do caminho e como convencer a população a fazer reciclagem desde casa. Precisamos nos adequar às novas leis globais – disse o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad.

São Paulo trabalha com a separação do lixo em três frações. Inspirados na iniciativa manezinha, iniciam a nova separação de origem orgânica pelos meios institucionais, mas posteriormente escolas e comunidades devem se envolver. Atualmente consolidam experiências para que a população entenda a necessidade de destinar corretamente o lixo.

Diário Catarinense (25)

Sua Vida

"Filhos do preconceito"

Filhos do preconceito / Segregação / Hanseníase / Colônia Santa Teresa /
Clausura / Lepra / Faculdade de Letras / UFSC / Toque / Educandário /
Separação / Iolanda Pereira de Oliveira / Leprosários / Hospitais-colônia /
Estigma/ Iodete Damasio Silveira / Doenças contagiosas / Vínculo familiar



FILHOS DO PRECONCEITO

NA SEGUNDA REPORTAGEM SOBRE A CLAUSURA PARA TRATAR A HANSENÍASE EM SC, O DESTINO DE CRIANÇAS CUJOS PAIS TINHAM A DOENÇA: ESTIMA-SE QUE 20 MIL FORAM TIRADAS DAS FAMÍLIAS

REPORTAGEM MÔNICA FOLTRAN
FOTOGRAFIA FELIPE CARNEIRO
EDIÇÃO CRIS VIEIRA
DESIGN RONALD BAPTISTA

Iodete Damásio Silveira não sabe ao certo a data em que nasceu. Na página nove, nas amareladas folhas do livro de registros do Educandário Santa Catarina, está sua entrada, de número 246, no dia 5 de janeiro de 1949, com idade em branco e o nome escrito errado: Odete. Assim chegava a menina de pele clara ao local que seria seu lar até a maioridade. Filha de Manoel Bras Damásio e Vicência Martins Damásio, chegou ao Educandário com dois dias de vida e foi conhecer os pais apenas oito anos depois.

Inaugurado em 1941, no bairro Roçado, em São José, na Grande Florianópolis, o Educandário Santa Catarina foi criado pela sociedade privada Eunice Weaver e fazia parte de uma das 200 instituições filantrópicas espalhadas pelo país para receber os filhos de doentes com hanseníase. A demanda era tanta que no primeiro ano de funcionamento, a instituição recebeu mais de 100 crianças de todo o Estado.

Sem registros de todos que passaram por lá, estima-se que o local foi lar de mais de 20 mil bebês e crianças entre o final da década de 1940 e o início de 1970. Alguns chegaram com poucas horas de vida, como lembra a diretora Clea Duarte Raitz que está na casa há 34 anos. A maioria saía compulsoriamente aos 18 anos, como Iodete, que só na maioridade conviveu com os pais. Até então, o convívio familiar era restrito aos dias de Natal e das Mães – momentos desprovidos de emoção pela pouca convivência familiar. A segregação era tanta e tão espalhada que um vidro no Parlatório delimitava as visitas para impedir o contato físico com os doentes.

Iodete tem nove irmãos, três deles também foram para o educandário. Cresceram juntos, mas apesar do parentesco conviveram como internos da instituição.

– A gente se via, sabia que éramos irmãos, mas convivíamos como os demais – lembra Iodete.

No auge dos 70 anos, Iodete tem no rosto a expressão de uma infância desprovida do convívio familiar. Sente falta de um amor que não pôde receber e chora quando fala dos filhos e netos (ela passa as mãos nos cabelos, apoia as costas na cadeira). Mora atualmente com o marido em uma casa de dois pisos no Jardim Atlântico, em Florianópolis, próxima a um dos filhos. Ali começa a contar quando conheceu a mãe. Estava prestes a completar oito anos de idade.

– Era Natal. No educandário, as freiras me falaram que iria visitar minha mãe. Fui arrumada com a melhor roupa e embarquei em uma Kombi junto com os demais internos até a Colônia Santa Teresa. Quando chegamos, vi aquele lugar cheio de grades, fiquei assustada. Lá, as garotas mais velhas me diziam que não poderia tocar na minha mãe. Fiquei com medo – lembra.

Quando avistou a mãe, Iodete teve uma impressão fria da mulher que não lhe ofereceu nenhum gesto de carinho. A mãe não era doente, mas escolheu cuidar do marido na colônia e entregou os filhos para serem criados no educandário.

Na época em que a hanseníase era uma doença ainda sem cura, o departamento de saúde recebia a informação de um doente e ia buscá-lo, onde quer que estivesse. Quando se tratava de um casal que só um tinha a doença, o parceiro tinha a opção de acompanhar o cônjuge ou ficar com os filhos.

– Eles perguntavam: você quer ir com ele e seus filhos vão para o educandário ou você fica com eles, mas sem apoio? Muitos ficaram com uma mágoa muito grande das mães. Mas disseram para elas que aqui os filhos iriam estudar, ter casa, comida, cuidados médicos. Então as mães abriam mão dos filhos em prol de um cuidado melhor. Quando a mãe ia com o marido, eles tocavam fogo na casa – conta Clea.

O encontro entre Iodete e sua mãe foi breve. As duas não esboçaram reações.

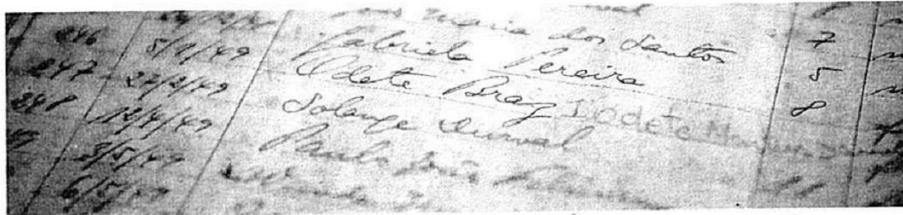
“As freiras me falaram que eu iria visitar minha mãe... Fui arrumada com a melhor roupa. Lá, as garotas me diziam que eu não poderia tocá-la”

– Era uma mulher sofrida, rígida. Eu não podia perguntar, não podia saber. Aquilo foi como um tapa – resume.

Iodete nunca conseguiu se entender com a mãe. Prestes a fazer 18 anos, teve que encaisar o mundo fora da redoma do educandário e voltou para a casa dos pais. Mas a mãe não a recebeu bem. A falta de convívio tinha criado barreiras e elas não tinham afinidades.

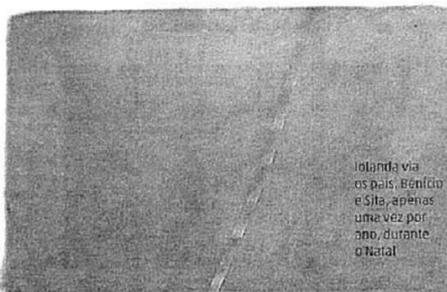
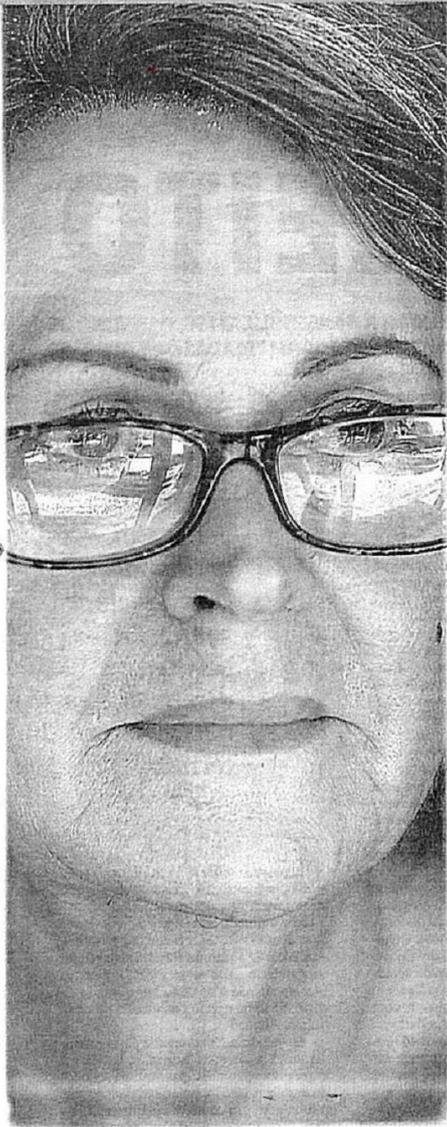
– Ela me dizia: “Te tirei de lá porque mandaram”. Ela não gostava de mim. Já meu pai era carinhoso comigo, mas me doía vê-lo todo mutilado. Não fui tratada com amor pela minha mãe, era como uma empregada na casa. No educandário aprendi a fazer comida, a bordar e, quando fui morar com minha mãe, minha vida desmoronou. Um ano e meio depois fugi de casa. Nunca tive amor, como posso dar algo que nunca tive? – resigna-se.

SEGREGADOS
Na edição de fim de semana, o DC publicou a primeira reportagem sobre a hanseníase, com a história de Sita e Benício, casal que passou parte da vida encarcerado para tratar a doença.



Registro da entrada de Iodete no educandário, com a grafia do nome errada e a correção feita a lápis ao lado

LAÇOS COMPROMETIDOS



Iolanda via os pais, Benício e Sita, apenas uma vez por ano, durante o Natal.

Iolanda Pereira de Oliveira (foto) nasceu em 1955. Aos cinco anos, ela foi separada dos pais, Benício e Sita (personagens da reportagem do fim de semana do DC sobre hanseníase) e levada para morar com os tios em Imbituba, no Sul do Estado. Ela não entendia os motivos da separação. Depois, viveu no colégio interno, em Corupá, no Norte de SC. De lá foi para Angelina, também num internato. Achou que queria ser freira.

Aos 17 anos saiu do internato para estudar em Florianópolis, no Instituto Estadual de Educação. Trabalhou no setor administrativo do Hospital São Sebastião e morou com outros funcionários do hospital. Mais tarde ingressou na Faculdade de Letras da UFSC. Entre as inúmeras mudanças, sempre privada da convivência familiar, aprendeu a viver em grupos com regras e divisões.

— Acho que fui uma pessoa privilegiada. Sofri muito, via meus pais uma vez por ano, no Natal. Mas tive a oportunidade de estudar — conta Iolanda.

A falta de convivência com a mãe era preenchida por cartas. Com a letra de uma criança disciplinada em internato, ela escrevia sobre saudade.

— Eu fechava os olhos e tentava lembrar o rosto dela, não queria que ele se apagasse da minha memória.

O Natal era um dos momentos mais esperados por Iolanda. A numerosa família era concentrada em uma casa no bairro Estreito, em Florianópolis, que o pai, Benício, fazia questão de alugar para a ocasião. Passados os raros momentos em família, era na hora de partir que Iolanda mais sofria.

— Quando meus pais começavam a arrumar a malinha, sentia um aperto no coração: sabia que era hora de ir. Uma vez, me lembro como se fosse hoje, estava dentro do ônibus seguindo para Corupá, quando ele parou na fila em cima da ponte Hercílio Luz. Eu tinha uns seis anos e sai do ônibus correndo. Queria voltar pra perto dos meus pais — lembra.

Iolanda e Iodete viveram os estigmas de uma doença que espalhava medo entre as pessoas. No Educandário Santa Catarina, aos 12 anos, Iodete já sentia na pele o preconceito por ser filha de pais que viviam na Colônia Santa Teresa. A partir da entrada na instituição de crianças em situações vulneráveis, os filhos de hansenianos passaram a ser segregados em grupos isolados.

— As outras crianças diziam: “Lá vem os filhos de leprosos”. Isso marcou minha infância. Lá, aprendi a me defender, porque não tinha ninguém pra fazer isso por mim — afirma Iolanda.

Apesar da trajetória diferente, Iolanda também enfrentou preconceito. Na época, as pessoas evitavam falar de onde ela vinha ou das condições da família.

— O grande problema era não poder falar da origem. As pessoas tinham medo da palavra: lepra. As pessoas não tinham passado, inventavam um.

“

Eu fechava os olhos e tentava lembrar o rosto dela. Não queria que ele se apagasse da minha memória

HANSENIASE EM NÚMEROS

O Brasil chegou a ter 101 leproários. Ainda restam

33

hospitais-cotônia

A taxa de incidência no país caiu 68% em 10 anos: de 4,52 casos por 10 mil habitantes em 2005 para

1,42 casos

por 10 mil habitantes em 2015

A queda é insuficiente para cumprir um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela ONU: eliminar a doença até 2015 (máximo de um caso a cada 10 mil habitantes).

EM SANTA CATARINA

Em 2014, foram diagnosticados

150

pacientes com a doença

A incidência no Estado é considerada baixa:

2,23

casos por

100 mil

habitantes

Em 2014, o percentual de cura dos novos casos foi de

89%

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde e Ministério da Saúde/Fiocruz

DOR DA DESPEDIDA

Era 1936. No terreno de 253 mil metros quadrados, rodeado de pasto verde e com árvores que emolduravam a área doada pelo político Nereu Ramos, em São José, começava a ser construído o Educandário Santa Catarina. Sobrados com telhados altos e janelas grandes abrigavam os quartos coletivos. Em outras peças com assoalho de madeira, berços de ferro preenchiam o espaço para os bebês recém-chegados. Lá as crianças dormiam, brincavam, estudavam. Aprendiam a viver.

Em meados de 1972, o educandário passou a atender também crianças em condição de vulnerabilidade social. Em 1981, Cléa Duarte Raitz chegava à instituição. Era o primeiro emprego da jovem assistente social de 22 anos. Ela não tinha noção do que encontraria e o quanto o educandário faria parte da sua vida nos próximos 35 anos.

Quando cheguei, ainda tinha um grupo de 20 (filhos de pais com hanseníase). Eles dormiam no mesmo quarto. Não tinham vínculos, o que faz diferença na vida das pessoas. Os de 10 a 14 anos não se integravam muito com os demais. Come-

çamos a mexer com isso. Eles moravam em um dormitório grande, e a primeira coisa que fizemos foi colocá-los no apartamento, mais parecido com uma casa – lembra a assistente social.

Quando os filhos dos doentes chegavam ao educandário, passavam por bateria de exames para serem considerados sadios. Nas fichas do educandário, relatórios das análises comprovavam a saúde das crianças. A separação sempre era um momento dolorido.

Lembro de uma família de cinco filhos, a filha mais velha e a mãe tinham hanseníase e foram para a Colônia Santa Teresa. O pai trouxe as outras crianças para cá. O mais novo tinha um ano e três meses. A despedida foi bem dolorosa, eles subiram a escada chorando e o pai falava: eu volto, eu volto. Quando o mais velho fez 10 anos, o pai veio buscá-lo. Ele já tinha casado e formado uma nova família. Depois, nos anos seguintes, buscou os demais.

Outra história que marcou a memória de Cléa foi a chegada de um menino com seis horas de vida, que veio no colo da enfermeira. A mãe da criança morava na colônia, e a criança havia nascido no local.

“

Os filhos subiram a escada chorando, e o pai falava: eu volto, eu volto. Quando o mais velho fez 10 anos, o pai veio buscá-lo



Hoje, o educandário do bairro Roçado, em São José, é usado para abrigar crianças em vulnerabilidade social

Exclusão desde a Era Medieval

Desde os primeiros séculos da Era Cristã a segregação social do doente de lepra pôde ser observada de forma mais contundente. Essa atitude foi considerada legítima em vista do perigo que as doenças contagiosas representavam para a sociedade.

O aumento da enfermidade, por volta do século 3, fez com que os doentes fossem afastados violentamente dos lugares onde residiam, refugiando-se em colinas e estabelecendo colônias de subsistência nesses locais. Assim nasceram os primeiros “leprosários”. Em geral, sua manutenção dependia da prática caritativa de diferentes ordens religiosas.

Por volta do século 15, os hansenianos passavam por um ritual sagrado de alijamento da sociedade. O doente era destituído de sua identidade, recebendo o termo leproso como denominação. A cerimônia chamava-se Separatio Leprosarium. O povo assistia ao cerimonial, padre e igreja eram devidamente paramentados e um véu preto cobria o enfermo. Sobre a cabeça dele derramavam terra, a fim de representar a sua morte. Ao término da solenidade a autoridade eclesástica proferia as palavras “morte para o mundo, renascença em Deus”. Nessa simulação, o enfermo era conduzido a um cemitério próximo e por alguns instantes introduzido numa cova. Após o sacerdote informá-lo das normas a serem seguidas, ele era asilado em um leprosário ou colocado “fora do arraial”.

Mesmo tendo sido excluído do convívio social, era comum que em algumas ocasiões fosse permitida a sua presença com o propósito de mendigar. Geralmente, ocorria em dias festivos, quando comemorações religiosas procuravam demonstrar que a caridade e a piedade aproximavam as pessoas de Deus. O doente usava uma veste negra, longa e fechada, tendo um símbolo bordado ao peito e um par de luvas para lhe cobrir as mãos, uma matraca para anunciar a sua chegada, um bastão em cuja extremidade era colocado um recipiente para o recebimento das caridades e um barril para que pudesse beber água da chuva, tendo em vista estar proibido de beber água das fontes, lagos e rios...

Fonte: livro *Fora do Arraial - Hanseníase e múltiplas asilagens em Santa Catarina*, da pesquisadora Débora Micheli Mattos



O VÍNCULO

As visitas dos internos eram um dos momentos mais marcantes para Cléa (foto). A falta de intimidade e do vínculo familiar deixaria marcas naquelas crianças para toda a vida. A diretora lembra que logo que chegou à instituição uma funcionária havia adotado dois bebês de lá. Ela passava um bom tempo com eles, que tiveram um desenvolvimento diferente dos demais. Mas a maioria não teve a mesma sorte e conhecia os pais apenas nas visitas de Natal e Dia das Mães.

- Nas visitas, ninguém se tocava, o que faz diferença. Achava triste. Os próprios pais tinham o estigma da doença. Mesmo aqueles que já estavam negativados tomavam remédios. Tinham medo de passar para o filho.

Prestes a se aposentar, Cléa sente que fecha um ciclo em sua vida. Muitas das crianças que a rodeavam durante o período de internato retornam em busca de documentos. Nessas visitas rápidas, ela tem a oportunidade de saber o destino delas.

REPARAÇÃO

Filhos que foram separados do convívio dos pais por conta da hanseníase buscam na Justiça reparações pelas perdas sofridas. No Brasil, até a década de 1980, uma lei federal de 1949 recomendava o isolamento compulsório dos pacientes com hanseníase em colônias. A mesma lei ordenava a entrega dos bebês de pais com hanseníase à adoção. A situação perdurou até 1986, quando os antigos hospitais-colônia foram transformados em hospitais gerais.

Segundo o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), o Brasil está no caminho para ser o primeiro país do mundo a indenizar as pessoas que nasceram nos leprosários. A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou em 25 de novembro o projeto de lei 2.104, que concede medidas reparatórias às pessoas que foram separadas das famílias.

- A prática do isolamento compulsório desencadeou o maior caso de alienação parental da história do país, episódio conhecido como o holocausto brasileiro. Em 1986 os portões foram abertos, mas a luta pelo reencontro das famílias e pela reparação de danos continua - revela o coordenador nacional do Morhan, Artur Custódio.

Desde sua criação, em 1981, o Morhan luta pelas pessoas com hanseníase no Brasil e no mundo e pela indenização dos cidadãos submetidos à política de isolamento. O grupo mantém o Telehansen - linha telefônica gratuita para esclarecer a população brasileira sobre hanseníase e um serviço online (www.morhan.org.br) para tirar dúvidas em tempo real.



Confira a nossa versão digital, com vídeos e galerias de fotos. leianede/hanseniaseSC



“

Mesmo aqueles que já estavam negativados tomavam remédios. Tinham medo de passar a doença para os filhos

Notícias do Dia (25)

Plural

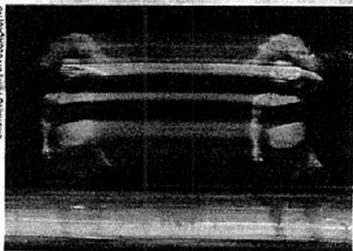
“A dança das lentes”

A dança das lentes / Cristiano Prim / Fotógrafo / Mudança para Alemanha / Mostra / Dança contemporânea / O fotógrafo também dança / UFSC / Jornalismo / Universidade Federal de Santa Catarina / Galeria Municipal de Arte Pedro Paulo Vecchietti / Música / Udesc / Fotojornalismo / Cena 11 / Dança



Dedicação. Prim afirma que sempre busca valorizar o estado corporal dos bailarinos

CRISTIANO PRIM/COMUNICAÇÃO



CRISTIANO PRIM/COMUNICAÇÃO



Mostra. Imagens do espetáculo "Proibido Elefantes", da Cia Gira Dança; e composição fotográfica da peça In'perfeito, do Cena 11

Cristiano Prim. De mudança para Alemanha, fotógrafo realiza mostra que celebra 20 anos de carreira

MARCIANO DIOGO
marciano.diogo@noticiasdodia.com.br

Foi pelas lentes da câmera de Cristiano Prim, 43, que Santa Catarina viu sua dança contemporânea evoluir nos últimos 20 anos. Chamado por alguns de cronista visual da dança e do teatro, o fotógrafo está de mudança para Berlim, na Alemanha, e realiza em Florianópolis, durante o mês de fevereiro, a exposição "O Fotógrafo Também Dança", que tem abertura nesta quarta-feira e promove uma retrospectiva de seus 20 anos de carreira. "Não estou ali apenas para fazer o registro. Estou ali para acrescentar na composição artística do espetáculo. O mais emocionante no meu trabalho é ver duas consciências se tornando uma só, a da fotografia e a da dança. É uma simbiose artística que se revela em uma nova obra", conta Prim.

Contemplada pelo Edital Elisabete Anderle de Incentivo à Cultura de 2014, a exposição "O Fotógrafo Também Dança" reúne 20 fotos no tamanho 60 cm x 90 cm, impressas em papel fine art. Além de composições fotográficas de peças do Cena 11, entre elas "O Novo Cangaco", "In'perfeito" e "Carta de Amor ao Inimigo", as fotografias da mostra também trazem registros dos espetáculos de artistas como Elke Siedler, Thembi Rosa, Leticia Gallotti, Yara Costa, Volmir Cordeiro, Daniela Alves, Eduardo Fukushima, Valeska Figueiredo, Victoria Miranda e Hironori Sugata.

Reconhecido por acompanhar as apresentações do grupo Cena 11 e por registrar grande parte dos espetáculos e eventos de dança em Florianópolis, o blumenauense radicado na Capital afirma que busca constantemente valorizar o estado corporal dos bailarinos quando realiza seus cliques. Formado em Música pela Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina), Prim chegou a cursar Jornalismo na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), porém não concluiu a graduação.

Foi no curso de comunicação que o hoje artista transformou o seu interesse pela fotografia em prática. "O fotojornalismo me atraiu. Tive noções de composição fotográfica também quando trabalhei em um estúdio no início da década de 90", conta. O primeiro trabalho profissional fotográfico de Cristiano Prim foi com o Cena 11. "Sempre me interessei por dança e desde pequeno eu gosto de mexer em câmeras", observa o fotógrafo, que conta ainda que o namoro com uma das integrantes da companhia de dança na época o motivou a começar a fotografar os movimentos dos bailarinos. "Fui de uma paixão para outra", brinca.

Cristiano explica ainda que o pós-tratamento das imagens é fundamental na composição de seu trabalho fotográfico: "A edição faz toda a diferença. É preciso saber fazer o balanceamento das cores e sombras".

Notícias do Dia
FLORIANÓPOLIS, SEGUNDA-FEIRA/25/2/2016

Plural



- **O que:** Exposição "O Fotógrafo Também Dança"
- **Quando:** Abertura 27/1, 19h. Visitação até 27/2, segunda à sexta-feira, 13h às 19h, aos sábados, 12h às 17h
- **Onde:** Galeria Municipal de Arte Pedro Paulo Vecchietti, praça 15 de Novembro, 180, Centro, Florianópolis, tel. 48 3228-6821
- **Quanto:** Gratuito

Intercâmbio artístico

É pertinente a presença do nome de Cristiano Prim nas cartas de anuência de projetos para editais estaduais e federais. O profissional já se tornou o fotógrafo habitual de espetáculos de companhias de teatro e de dança de Santa Catarina. Ainda sim, quando é apontado como referência na área, Prim é modesto: "Assumo o desafio de não interferir na obra de arte, mas ainda assim procuro acrescentar algo a ela", observa.

No início de fevereiro, o fotógrafo se muda para passar uma temporada de três meses em Berlim, na Alemanha, a convite do teatro Ballhaus Naunynstraße, que tem o brasileiro Wagner Carvalho na direção artística.

Cristiano e Wagner se conheceram ainda em 2013 durante o Brasil Move Berlim, festival de dança idealizado por Carvalho que teve a participação do grupo Cena 11 em duas edições, em 2003 e 2005. "Será uma experiência prazerosa. Esse intercâmbio artístico vai enriquecer a minha bagagem", conclui Prim.

Notícias do Dia (25)
Paulo de Tarso Guilhon

“Acolhida na colônia – Turismo de conteúdo humano”

Acolhida na colônia – Turismo de conteúdo humano / Campo / Agrônoma /
Thaise Guzzatti / Professora da UFSC / Ambientes rurais / Santa Rosa de
Lima / Produtos orgânicos / Acolhida na colônia

#coisas nossas

**Acolhida na Colônia
– Turismo de
conteúdo humano**

O título sugestivo esconde o coração de inúmeras pessoas dedicadas a fazer a felicidade do próximo. Trabalhar no campo é duro, de sol a sol, rezando para que a seca ou a chuva não estraguem o trabalho de quem levanta cedo para a lida diária. Não tem feriado, não tem dia santo, só a rotina do trabalho incessante, de resultado incerto.

A agrônoma Thaise Guzzatti, convivendo nesses ambientes rurais, juntamente com outros abnegados, pensou em como melhorar a vida do campestino. Foi à França, conheceu algumas experiências interessantes por lá, adaptou-as e trouxe para nossa realidade. Nascia assim, há 15 anos, a Acolhida na Colônia, o verdadeiro turismo rural, com café colonial e tudo mais que você tem direito.

Nas cidades que integram esse círculo de prosperidade, você pode se hospedar em pousadas rurais, conviver com as famílias agricultoras e se refestelar com a vida e as delícias do campo. Thaise, que é professora da UFSC, explica que o programa é realidade em 30 municípios.



DIVULGAÇÃO/ND

A força do acolhida vem de Thaise e dos colegas que, juntos, conseguem apoio a fundo perdido do Banco Mundial, contam com a força da Bovespa, da TAM e de vários outros parceiros que tornam possível para o agricultor rural criar trabalho e renda para a família.

Um grande exemplo é o programa em Santa Rosa de Lima, que possui 2007 habitantes e recebe mais de 3000 pessoas. A gente de lá diz que Santa Rosa não é perto de nada, é longe de tudo. Fica onde o diabo perdeu as meias, porque as botas se foram no município anterior. É nessa região que essa grande rede de amizade cultiva produtos orgânicos e onde você encontra o turismo de conteúdo humano. “Gentileza gera gentileza” explica Thaise, essa incansável e dedicada agrônoma da paz.

A Acolhida na Colônia e Thaise Guzzatti são nossas coisas, são coisas nossas.

Enfoque Popular
Reciclando
"Concurso Prorrogado"

Concurso Prorrogado / Departamento de Desenvolvimento de Pessoas / DDP / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Prazo de inscrições / Concurso Público para Professor / Edital nº 154/DDP/2015 / Diário Oficial da União / DOU / Araranguá / Blumenau / Curitiba / Florianópolis / Joinville

CONCURSO PRORROGADO - O Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) prorrogou, até as 20h do dia 26 de janeiro, o prazo de inscrições no concurso público para professor do magistério superior do edital nº 154/DDP/2015, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 14 de dezembro de 2015. São 49 vagas com novos prazos de inscrição para os campi de Araranguá, Blumenau, Curitiba, Florianópolis e Joinville.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

Notícias dia 23/01/2016

[Bolsonaro acusa MEC de estimular sexo infantil e é contestado](#)

Notícias dia 24/01/2016

[Transporte universitário de Brusque inicia nesta segunda-feira para intensivos](#)

Notícias dia 25/01/2016

[De mudança para Alemanha, fotógrafo Cristiano Prim realiza mostra que celebra 20 anos de carreira](#)

[Diatribes ao Código de Processo Civil de 2015 \(segunda parte\)](#)